

DESTAQUES



Revitalizado, Ginásio Poliesportivo é reinaugurado e entregue à classe
Página 4



Entidades reagem a ataques com atos públicos em diversas cidades gaúchas
Páginas 6 e 7



Semanas do MP ampliam parcerias com instituições pelo Estado
Páginas 18 e 19

Jornal ¹⁰⁵Réplica

ANO 34 • DEZEMBRO 2016

75 ANOS

amp rs
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO RIO GRANDE DO SUL



DIRETORIA EMPOSSADA PARA NOVO MANDATO COM GRANDES DESAFIOS

Páginas 8 a 11



EDITORIAL

A base para o desenvolvimento

Quais as circunstâncias que levam um país a ser desenvolvido? Várias são as hipóteses, inclusive a situação geográfica. Países desenvolvidos estariam mais distantes do Equador. O clima quente seria um entrave ao desenvolvimento. Mas há um outro fator que acreditamos seja decisivo.

Anualmente, a ONU elabora um relatório do IDH, que vem a ser o Índice de Desenvolvimento Humano e serve de comparação entre países, com o objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Igualmente, há uma organização não-governamental, fundada em 1993, com sede em Berlim, que tem por objetivo a luta contra a corrupção e que oferece o Índice de Percepção de Corrupção entre os países. Observando-se ambos os índices, constata-se que os países com melhor IDH são também aqueles que apresentam os menores índices de corrupção. Coincidência? Claro que não. Salta aos olhos que o nível ético de um povo é determinante para que o país seja desenvolvido ou não. É, sem dúvida, o fator mais importante. Os dados referentes ao Brasil são emblemáticos. No IDH do ano de 2014, o Brasil resultou na 75ª posição. No índice de corrupção de 2015, o Brasil resultou na 76ª posição. A proximidade desses números não deixa dúvidas sobre a influência determinante da ética no desenvolvimento do povo. E a análise do nível ético vai muito além da corrupção. O nível ético envolve toda a conduta humana em todos os lugares, em todos os setores e em todas as decisões, sejam estas de magnitude ou de pouca significação, como jogar lixo na rua. Mas precisamos ser realistas. É muito mais fácil ensinar física, química ou matemática do que modificar o nível ético de alguém, até porque tal ensinamento vem do ambiente familiar. A melhora do nível ético de um povo é um trabalho de gerações que depende do amadurecimento da sociedade. Esperamos que os atuais acontecimentos no Brasil estejam sinalizando para o citado amadurecimento.

EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL AMP/RS

PRESIDENTE

Sérgio Hiane Harris

VICE-PRESIDENTES

Martha Silva Beltrame

João Ricardo Santos Tavares

Andréa Almeida Machado

Antonio Carlos Paiva Hornung

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Claudio Medaglia Jr. (MTb 7608)

imprensa@amprs.org.br

TEXTOS

Fernanda Crancio e Claudio Medaglia Jr.

FOTOS

Fernanda Crancio, Claudio Medaglia Jr. e Pg Alves/MPRS

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA AOS INTEGRANTES DA AMP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501

CEP 90050-191, Porto Alegre/RS

(51) 3254.5300, www.amprs.org.br

PROJETO GRÁFICO E EXECUÇÃO

Publicato Editora Ltda.

DIRETOR DE CRIAÇÃO E ARTE

Vitor Mesquita

DIRETORA DE CRIAÇÃO E ATENDIMENTO

Andréa Costa

andrea@publicato.com.br

IMPRESSÃO DE 1500 EXEMPLARES

Gráfica Ideograf

SELO FSC

ASSOCIATIVISMO

Avança processo de implementação da Fundação de Assistência à Saúde



FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Somente se conhece um plano de saúde

quando dele se precisa

Ao longo do segundo semestre de 2016, foi intenso o trabalho associativo para regulamentar a Fundação de Assistência à Saúde (FAS) e passar, efetivamente, a oferecer um serviço de saúde ainda mais qualificado. Para avançar no processo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e consolidar de fato funcionamento do plano de saúde, as diretorias da AMP/RS e da Fundação deram mais três importantes passos: protocolaram, em setembro, a solicitação de autorização para o funcionamento pleno da FAS, e, em novembro, definiram a precificação do novo produto e aprovaram a regulamentação do plano.

Um dos principais articuladores desses processos, o presidente da Fundação, o procurador de Justiça aposentado Cláudio Bonatto, destaca que falta pouco para que a Associação possa colocar a FAS em operação, atendendo à legislação vigente e às necessidades dos associados. "Demos um passo importantíssimo em todo o processo de criação da FAS, com o pedido de registro na operadora. Agora, aguardamos a aprovação para conseguir, de fato, apresentar nosso produto e fazer o plano operar efetivamente, de acordo com sua regulamentação, registro e determinação de seu Conselho Deliberativo", ressalta.

Evolução do serviço prestado

Quanto à precificação, a vice-presidente Administrativa e Financeira da AMP/RS, Martha Beltrame, esclarece ainda que foi contratado estudo específico de uma empresa de ciências atuariais para elaboração de nota técnica exigida pela ANS. "A análise relacionou receitas, despesas e evolução de sinistralidade da Superintendência de Assistência à Saúde (SAS), ainda em operação, e que possui 700 titulares e cerca de 2,8 mil usuários credenciados", destaca.

ARTIGO

Dano moral coletivo: mas, afinal, do que se está a falar?

**FELIPE TEIXEIRA NETO**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Doutorando em Direito Privado Comparado pela Università degli Studi di Salerno (Itália) e em Direito Civil pela Universidade de Lisboa (Portugal). Autor da obra *Dano Moral Coletivo*, publicada pela editora Juruá.

Tratar de determinado tema teórico sob um viés jornalístico é uma atividade extremante desafiante quando o mesmo já foi feito partir de uma premissa jurídico-dogmática. Isso porque vencer o academicismo e abordar determinado argumento sob um enfoque que o permita acessível a todos, sem a necessidade de pré-compreensões, é sempre um genuíno desafio, que se reveste de salutar relevância por permitir o compartilhamento das reflexões técnicas de uma maneira mais generalizada.

Partindo desta premissa, deve-se desde logo adiantar que qualquer discussão envolvendo a figura do dano moral no Brasil é por si só uma tarefa difícil. E não apenas por todos os conflitos que lhe são subjacentes, os quais advêm de uma tradição excessivamente patrimonial (não apenas jurídica, como mesmo cultural), mas dos paradoxos que, vencida as negativas ao seu reconhecimento, decorrem da sua concretização. Daí afirmar-se que, nos dias atuais, a grande tarefa é determinar as hipóteses nas quais se materializa a referi-

da figura, sem olvidar que não existe sociedade que possa conviver com a indenizabilidade de toda e qualquer lesão, por mais simples que seja.

Para fins de se delimitar o debate, é oportuno ter presente o que costuma ser identificado com a ideia de dano moral coletivo. Em linhas gerais, está-se a falar de uma espécie de prejuízo que se desprende dos sujeitos individuais que integram o grupo, constituindo num menoscabo que recai sobre a coletividade em si mesmo considerada (assim entendida enquanto um *tertium genus* entre o indivíduo e o Estado) por meio da violação de um interesse de natureza não patrimonial de fruição transindividual.

“A chave está em reconhecer a importância e a autonomia dos interesses difusos enquanto instrumentos de garantia e de promoção do pleno desenvolvimento da personalidade dos sujeitos que formam a coletividade.”

A ampliação da indenizabilidade de prejuízos desta ordem poderia parecer, ao leitor menos desavisado, contraditória com a preocupação antes assinalada, que decorre da constatação segundo a qual a responsabilidade civil não extingue o dano, mas apenas deslocá-lo da esfera jurídica de um sujeito para a de outro. Daí ter em si um custo que não pode ser ignorado, pois será projetado na sociedade como um todo, especialmente por meio do incremento dos preços dos produtos e dos serviços ou mesmo da tributação, nas hipóteses em

que o Estado é chamado a responder quase que na condição de garantidor.

E o que está em jogo é justamente a necessidade do recrudescimento da valorização dos interesses coletivos em contraposição a uma tutela pensada na sua gênese para questões individuais e, mesmo quando associada a interesses não econômicos, por intermédio de instrumentos patrimoniais. Se os meios para garantir a reparação dos danos verificados em uma sociedade massificada não são ilimitados, de modo que o seu uso possa acarretar um efeito deletério indesejado, a sua gestão deve ser bem equalizada, de modo a não favorecer um empolamento apenas das reparações individuais. Quanto mais tendo em conta que, no mais das vezes, a plena realização da personalidade de cada indivíduo se dá através da intransponível fruição de uma gama de interesses que só o podem ser feitos a partir de uma dimensão transindividual, justamente no âmbito da qual se concretiza o dano moral coletivo.

Não se pretende com isso defender que a reparação individual ceda espaço à reparação coletiva. Antes pelo contrário, porquanto não raro a o dano moral coletivo poderá ser concomitante a outros tantos sofridos por sujeitos individualizados em razão da mesma violação. Para tanto, basta pensar que a lesão de um bem ambiental, por exemplo, ao passo em que tem potencial para desequilibrar o ecossistema e compromete a qualidade de vida de uma população indeterminável de pessoas – por isso apta a gerar um dano moral coletivo –, também pode causar danos individuais no patrimônio de pessoas específicas e, bem assim, impor deveres de reparação autônomos e distintos.

A chave está em reconhecer a importância e a autonomia dos interesses difusos enquanto instrumentos de garantia e de promoção do pleno desenvolvimento da personalidade dos sujeitos que formam a coletividade. A partir disso, a sua valoração deve ser ponderada no juízo que se impõe acerca da eleição das lesões que, pela sua gravidade e, mais do que isso, pela sua capacidade de comprometer o objetivo que se pretende com a proteção de um determinado interesse (seja ele coletivo *lato sensu* ou individual) devam ser objeto de reparação.

Nesta linha, reconhecer a existência de danos que transcendem a esfera individual de um sujeito determinado, não obstante possam atingir a todos e a cada um na sua dignidade (aqui entendida enquanto subtrato do dano moral em geral), é uma tarefa a ser perseguida em uma sociedade na qual uma inscrição indevida num órgão restritivo de crédito possa, por vezes, ser mais valorizada do que a extinção de uma espécie nativa da fauna silvestre. E é para fins de concretização deste intento que o reconhecimento do dano moral coletivo é instrumento de vital importância.

“Se os meios para garantir a reparação dos danos verificados em uma sociedade massificada não são ilimitados, de modo que o seu uso possa acarretar um efeito deletério indesejado, a sua gestão deve ser bem equalizada, de modo a não favorecer um empolamento apenas das reparações individuais.”

ESPORTE

Revitalização de ginásio democratiza prática desportiva entre associados



Um antigo sonho dos adeptos de práticas desportivas foi materializado neste ano. A revitalização do Ginásio Poliesportivo da AMP/RS, na sede campestre da entidade, foi entregue aos associados no início de outubro, após cerca de 10 meses de trabalho, desde a elaboração e aprovação do projeto até a execução. A obra, concebida no intuito de qualificar e valorizar o complexo esportivo, que é patrimônio da Associação e da classe, contemplou, entre outros itens, novos vestiários, telhado, iluminação, redes elétrica, hidráulica, de esgotos, sistema de gás e ar-condicionado, além, claro, do moderno piso da quadra. A fachada também foi renovada, ganhou o logotipo da entidade e um belo projeto de jardinagem.

Para o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, a reabertura do Ginásio Paulo Roberto Pereira Angeli devolve aos associados um modernizado espaço multiuso, projetado com o objetivo de democratizar o acesso e oferecer um complexo de lazer atrativo a todos. Ainda pensando na valorização do patrimônio da AMP/RS, a atual gestão já efetuou a compra de um projeto arquitetônico para a área superior do ginásio. Essa obra poderá ser executada futuramente e criará um novo espaço de locação e lazer para os associados.

Durante a rápida e informal solenidade de reinauguração, no dia 1º de outubro, a associada Carmem Angeli, viúva do procurador de Justiça que dá nome ao ginásio, recebeu um buquê de flores da vice-presidente Martha Beltrame. Na oportunidade, Harris agradeceu a compreensão dos colegas por conta do período de obras e a dedicação de todos que se envolveram com a reforma.

Modernização e valorização

O dirigente destacou, também, que um dos objetivos, ainda na fase de elaboração do projeto, era proporcionar um espaço que atraísse não apenas os atletas do futebol, mas também as mulheres. "Por isso construímos um vestiário feminino confortável, que possa receber as nossas colegas da melhor forma possível. Igualmente, a quadra de futebol, vôlei e tênis permitirá um melhor aproveitamento, mesmo com mau tempo. E o local ainda poderá ser usado, a partir de 2017, para recreação infantil".

Após o descerramento da placa comemorativa à reinauguração, dezenas de associados conferiram as novas instalações, as melhorias promovidas e as facilidades criadas para um melhor aproveitamento do espaço. Farda-

mento trocado no novo e moderno vestiário, os atletas do futebol partiram para os dois campos do complexo e protagonizaram uma tarde de competição e integração. Na quadra coberta, os promotores Felipe Hochscheid Kreutz e André Luís Dal Molin Flores estrearam a quadra de tênis do ginásio, enquanto os atletas do futebol ocuparam os dois campos em partidas animadas e disputadas.

Desde então, o complexo vem sendo utilizado frequentemente pela classe. A quadra coberta, inclusive, já recebeu eventos esportivos importantes no âmbito da AMP/RS. Duas semanas após a reabertura, o espaço sediou a finalíssima do VII Torneio de Tênis da AMP/RS, vencido pelo promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, de Osório, que superou o colega Felipe Hochscheid Kreutz, de Porto Alegre.

No começo de dezembro, os promotores Luis Augusto Gonçalves Costa, de Vacaria, Leonardo Chim Lopes, Felipe Kreutz e André Luis Dal Molin Flores, também da Capital, disputaram a oitava edição do torneio. O quadrangular consagrou Luis Augusto como campeão e Leonardo Chim com o vice-campeonato. O vencedor superou os adversários por ter conquistado duas vitórias e cinco sets vencidos e apenas dois perdidos.



ATUAÇÃO POLÍTICA

Protagonismo nos debates e na defesa da classe em Brasília



O conturbado cenário político deste segundo semestre fez com que o trabalho associativo em defesa dos interesses da classe fosse ainda mais intenso, com a diretoria da AMP/RS participando diretamente dos debates de interesse da categoria e em defesa da preservação de direitos e autonomia do Ministério Público. Em Brasília, os dirigentes se reve-

zaram para acompanhar reuniões da CONAMP e da Frentas, integraram mobilizações e fizeram contato direto com parlamentares no Congresso Nacional.

Dentre os temas apreciados que mereceram atenção especial estiveram a aprovação do projeto que trata da recuperação fiscal dos estados (PLP 257/2016), no último dia 20 de dezembro, e da PEC

que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos, no final de novembro. O trabalho associativo pela aprovação do PLP 257/2016 foi fundamental para a readequação do texto original, tendo a AMP/RS sido responsável pela elaboração da Nota Técnica distribuída e análise dos substitutivos.

O reajuste dos subsídios também tem sido pauta da AMP/RS, embora a tramitação do projeto tenha retrocedido. Apesar disso, a diretoria segue atuante para mostrar aos senadores a importância da recomposição dos subsídios dos ministros do STF e, pois trata-se de reposição inflacionária.

O embate mais duro, no entanto, foi dado pelo Senado na madrugada de 30 de novembro, quando foi aprovado o chamado Pacote Anticorrupção, totalmente desconfigurado.



Entidade mostra capacidade de articulação no Parlamento

Em âmbito estadual, o trabalho associativo e a presença constante da diretoria da AMP/RS na Assembleia Legislativa foram fundamentais para que, em um ano tão difícil institucionalmente, importantes passos fossem dados em defesa do interesse da classe. Entre eles estiveram a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição Estadual do Executivo que pretendia alterar o cálculo do repasse do duodécimo e o recuo da decisão do governo de congelar, pelo segundo ano consecutivo, as dotações orçamentárias dos Poderes e Instituições.

No caso da PEC 260/2016, a mobilização junto aos deputados mostrou que a proposta representaria um grave retrocesso à democracia e comprometeria qualquer planejamento prévio, dificultando o trabalho do Ministério Público e

de todo o sistema de Justiça. A votação, na última sessão da Assembleia Legislativa do ano, no dia 22 de dezembro, avançou madrugada adentro e contou, também, com a participação de membros da Administração Superior, que se engajaram ao esforço de sensibilização dos parlamentares. Ao final, a base do governo não obteve o número de votos necessários, e o projeto foi rejeitado.

Em outra frente, ficou assegurado um reajuste de 7,87% para despesas de pessoal dos Poderes e Instituições na Lei Orçamentária (LDO) para 2017. Por iniciativa da AMP/RS, a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública encaminhou representação contra dois artigos da Lei elaborada pelo Executivo estadual ao procurador-geral de Justiça, que ajuizou, em

agosto, Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça. O relator, desembargador Rui Portanova, acolheu na íntegra a demanda e observou que, ao manter a mesma dotação orçamentária de 2016, o governo praticamente

elimina a capacidade orçamentária dos Poderes e Instituições para atingir e cumprir suas respectivas finalidades. A partir da decisão, o Executivo enviou novo texto à Assembleia Legislativa, aprovado em 29 de novembro.



ATUAÇÃO POLÍTICA

Entidades se mobilizam contra golpe a propostas anticorrupção



A sucessão de manobras articuladas no meio político brasileiro com o intuito de fragilizar a atuação do Ministério Público e da Magistratura tem sido intensa, especialmente nas Casas Legislativas. Pacotes de ações propostos alegadamente para recolocar a economia no ritmo do crescimento ganharam a cena em Brasília, carregando em seu bojo medidas que restringem a autonomia financeira e a capacidade de atuação de Poderes e Instituições. Para enfrentar esses ataques, entidades representativas do Ministério Público de todo o país passaram o ano discutindo estratégias e articulando-se junto ao Congresso Nacional.

Mas o desvirtuamento da essência do chamado projeto Dez Medidas contra a Corrupção, apresentado à Câmara dos Deputados pelo MPF com a anuência de mais de 2,4 milhões de brasileiros, provocou forte reação de magistrados, promotores de Justiça, procuradores e da sociedade, em todo o país. Na madrugada do dia 30 de novembro, a

Câmara dos Deputados alterou, votou e aprovou medidas que, ao contrário de combater a corrupção, abrem flanco para a criminalização de agentes públicos imbuídos de investigar e processar os corruptos. Em resposta, milhares de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário foram às ruas em diversos Estados e no Distrito Federal no dia 1º de dezembro, em atos públicos que denunciavam a retaliação. No Rio Grande do Sul, promotores e juizes também promoveram manifestações simultâneas em várias cidades, como Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Erechim, Lajeado, Parobé, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa, Sapucaia do Sul, Uruguaiana, Santiago e Cachoeira do Sul.

Alerta à sociedade

Na capital gaúcha, iniciativa da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS) concentrou centenas de pessoas em frente ao Tribunal de Justiça do Estado. Partici-

param representantes da AMP/RS, Ajuris, Ajufe, Ajufergs, Amatra 4 e de outras entidades de carreiras jurídicas. Durante o ato, o presidente Sérgio Harris criticou duramente a deturpação do projeto pelos deputados federais na madrugada anterior. O dirigente disse que a postura de parte dos parlamentares foi um atentado à democracia brasileira. "A sociedade não aceita mais esse tipo de comportamento. Este evento é para mostrar que nós estamos ao lado da sociedade, que repudiou veementemente a aprovação e a distorção das Dez Medidas contra a Corrupção, que foram absolutamente transformadas, e com emendas, num pacote a favor da corrupção. A sociedade não aceita mais esse tipo de política", afirmou.

Harris alertou os órgãos de imprensa sobre outros desdobramentos da criminalização de qualquer juiz ou promotor que se manifestar sobre um processo em curso, conforme aprovado pela Câmara. "Essa medida visa a atingir diretamente a liberdade da imprensa, que não terá como saber

nem informar com segurança sobre o que acontece no país. Isso é muito grave. Estamos aqui para dizer que o Ministério Público e a magistratura não vão se entregar. Se tivermos de morrer, morreremos em pé, ao lado da sociedade e enfrentando a corrupção".

Presente à manifestação, o procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles, reforçou o tom de dificuldades nas relações com o Parlamento e fez um alerta: "Estamos aqui pela nossa decência. Esse movimento (da classe política) é muito pensado. Não é apenas a atividade fim que querem desconstruir, como a investigação e o julgamento. Eles também estão atuando na nossa estrutura. Mexendo na autonomia de nossa atuação e no nosso orçamento, quem é que vai segurar deste país? Em 20 anos, nunca vi uma mobilização como essa, envolvendo Instituições. Mas essa mobilização tem de ir para a rua. Só com a ajuda da sociedade vamos conseguir reverter esse quadro". Ao final do ato, os participantes cantaram o Hino Nacional.



Membros do MP são aplaudidos em ato público



Três dias mais tarde, uma nova mostra de reconhecimento à importância do papel desempenhado pelo Ministério Público foi dada pela comunidade gaúcha. Durante manifestação que reuniu milhares de pessoas no Parque Moinhos de Vento, em Porto Alegre, promotores e procuradores de Justiça foram aplaudidos ao chegar. Identificados pelo público, eles receberam diversas manifestações de apoio na cruzada contra a corrupção e o crime organizado.

Muitos manifestantes se dirigiram aos membros da classe para conversar, trocar ideias e ratificar solidariedade, especialmente em virtude do movimento que tentava intimidar o trabalho de juízes, promotores e procuradores. Outros pediam cartazes e adesivos com dizeres em defesa da atuação ministerial para amplificar o discurso e tiravam fotos do grupo. Foi uma prova de força e de credibilidade para a Instituição, citada diversas vezes pelo carro de som que embalou o evento.

ASSOCIATIVISMO

Com 87% dos votos, Sérgio Harris é reeleito presidente da AMP/RS



Com 705 votos angariados junto ao colégio eleitoral, a Chapa 1, encabeçada pelo promotor de Justiça Sérgio Hiane Harris, sagrou-se vencedora da eleição da diretoria executiva da AMP/RS para o próximo biênio. O resultado foi conhecido pouco depois do encerramento do pleito, no dia 18 de novembro. A reeleição se materializou com a conquista de 87% da preferência dos associados votantes.

A Chapa 2, encabeçada pelo promotor José Nilton Costa de Souza, conquistou 107 votos (13%). A eleição para o Conselho de Representantes também elegeu os integrantes da Chapa 1, com 657 votos contra 150 votos da Chapa 2. Iniciado no dia 3 de novembro, o pleito contou com a participação de 826 membros do Ministério Público gaúcho, ativos e inativos.

Democracia fortalecida

Após dois anos de mandato, Harris obteve percentual de aprovação ainda maior ao verificado na eleição de 2014, quando somou 598 votos (77% do total válido). Presidente reeleito, Harris agradeceu aos colegas pela confiança. “Estou muito feliz com o resultado e com o apoio dos colegas. Estamos motivados para seguir a gestão, mantendo o que deu certo e aperfeiçoando o trabalho desenvolvido até então, honrando a vontade da classe”, disse.

O escrutínio, conduzido pelos membros da Comissão Eleitoral, Alberto Weingärtner Neto, Sérgio Luiz Nasi e Paulo Natalício Wes-

chenfelder, e secretariado pelo diretor de Mútua e Convênio, Cezar Antônio Rigoni, teve com o acompanhamento de representantes das duas chapas concorrentes, sendo fiscais os promotores João Ricardo Santos Tavares (Chapa 1) e Henrique Rech Neto (Chapa 2). Presidindo a comissão, Weingärtner saudou o alto nível da disputa e cumprimentou a todos, desejando sucesso à futura administração.

No total, participaram do pleito 86% dos 951 associados aptos a votar. A solenidade de posse foi realizada no dia 12 de dezembro, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, na sede do Ministério Público do Rio Grande do Sul.



Confira a nova Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes:

CHAPA 1

Presidente:

Sérgio Hiane Harris

Vice-presidente Administrativa e Financeira:

Martha Silva Beltrame

Vice-presidente de Núcleos:

João Ricardo Santos Tavares

Vice-presidente Social:

Andréa Almeida Machado

Vice-presidente de Aposentados:

Antonio Carlos Paiva Hornung

Secretário:

André de Azevedo Coelho

Tesoureiro:

Fernando Andrade Alves

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Titulares:

Delmar Pacheco da Luz

Edgar Luiz de Magalhães Tweedie

Júlia Ilénir Martins

Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco

Ubaldo Alexandre Licks Flores

Suplentes:

Erico Fernando Barin

Luiz Carlos Prá

Vercilei Lino Serena

ENTREVISTA

“Conhecemos os desafios que teremos pela frente e sabemos como enfrentá-los”

Sérgio Hiane Harris

Reeleito, o promotor de Justiça Sérgio Harris acaba de dar início ao seu segundo mandato como presidente da AMP/RS. Acompanhado pelos colegas da Diretoria Executiva, ele vê nas vivências anteriores ferramentas importantes para qualificar a gestão, otimizar resultados e avançar nas pautas que dizem respeito à entidade de classe, aos associados e à Instituição. Nesta entrevista, concedida logo na abertura da gestão 2016-2018, o dirigente fala sobre as dificuldades enfrentadas em seu primeiro mandato, os desafios, as perspectivas e as estratégias de atuação para os próximos dois anos.

**1) Superada a eleição associativa, com resultado que apontou elevado índice de confiança pela classe, como melhorar a gestão no próximo mandato?**

Aproveitando a experiência acumulada ao longo dos últimos anos, afinando ainda mais a equipe da diretoria executiva, pois agora todos nos conhecemos ainda melhor, focando na integração e o trabalho em conjunto com toda a classe, bem como cumprindo os nossos compromissos, e, acima de tudo, mantendo o orgulho e a motivação de estar à frente de uma entidade de classe com a grandiosidade histórica de lutas associativas e institucionais como a nossa.

2) Quais foram os maiores desafios ao longo dos últimos dois anos?

Sem dúvida as batalhas legislativas que enfrentamos, especialmente em Brasília, bem como a situação dos aposentados e pensionistas que estão em clara desvantagem na carreira em relação aos membros da ativa. Precisamos encontrar uma solução para essa disparidade, sem prejudicar qualquer associado.

3) Em cinco anos de vivências na diretoria da Associação, como o senhor vê a entidade neste momento?

Fortalecida, integrada e com um rumo estabelecido de postura e conduta. A AMP/RS é uma entidade de classe que sabe exatamente quais são os desafios que irá enfrentar e como fazer para aumentar

a chance de êxito nas encruzilhadas que se apresentam. Além disso, temos vários colegas comprometidos com a causa associativa, o que ajuda bastante no trabalho do dia-a-dia.

4) O cenário atual é de intensificação dos ataques à Instituição e aos seus membros. Como a AMP e as demais entidades representativas do MP pretendem suplantiar as manobras, especialmente do Executivo e do Legislativo?

Com uma presença constante nos palcos onde se travam as discussões políticas, com um trabalho de conscientização intenso da importância do Ministério Público no cenário nacional, o que inclui conversas regulares com a imprensa, além de se manter a classe sempre informada dos acontecimentos, a fim de multiplicar as vozes em favor da nossa Instituição, aproveitando-se da nossa capilaridade, já que estamos representados em praticamente todos os lugares do Estado e do Brasil.

5) Quais serão as linhas condutoras neste início da nova administração?

Manter o que deu certo na gestão passada, aprimorar o que já detectamos que temos espaço para aperfeiçoar e, acima de tudo, ouvir sempre a classe, com os seus elogios, sugestões e críticas, pois muitas vezes é do debate aberto com os colegas que construímos as soluções para os problemas que se apresentam.

ESPECIAL

Solenidade e confraternização marcam posse



Reeleito em pleito realizado no mês de novembro, o promotor de Justiça Sérgio Harris foi empossado para seu segundo mandato à frente da AMP/RS em cerimônia que reuniu centenas de colegas, autoridades e convidados no último dia 12 de dezembro, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes. Na oportunidade, também assumiram os vice-presidentes Martha Beltrame, João Ricardo Santos Tavares, Andrea Almeida Machado e Antonio Carlos Hornung, além do secretário, André de Azevedo Coelho, e do tesoureiro, Fernando Andrade Alves. Também assinaram a ata os titulares do Conselho de Representantes, Delmar Pacheco da Luz, Edgar Luiz de Magalhães Tweedie, Júlia Illeir Martins, Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco e Ubaldo Alexandre Licks Flores, assim como os suplentes, Erico Fernando Barin, Luiz Carlos Prá e Vericlei Lino Serena. Após o evento, os convidados foram recepcionados em um coquetel servido no restaurante do Ministério Público estadual.

Em seu discurso, Harris enfatizou a satisfação de continuar trabalhando em defesa da instituição e dos associados, principalmente em um momento em que o MP se destaca pela excelência no combate à corrupção e, ao mesmo tempo, passa por um momento de enfrentamento de

uma série de ataques institucionais por parte do Congresso Nacional. Aos presentes, destacou também o papel vigilante da entidade no enfrentamento dos “embates que aguardam o MP”, como a votação da PEC do Executivo estadual que altera o cálculo do dodecimo, a desconfiguração do pacote anticorrupção na Câmara dos Deputados e a reforma da Previdência, e enfatizou os “ideais e espírito de luta” que conduzirão os próximos dois anos de trabalho da nova diretoria “com altivez e coragem”. Também enfatizou a defesa da classe de Promotores, Procuradores e pensionistas que representa. “Lutaremos com plena confiança, em todos os campos de batalha, para mostrar para a sociedade gaúcha e brasileira que a maior vítima de um Ministério Público fraco e dependente é a própria população, que vai ficar sem o seu destemido e bravo, mas não único, parceiro do bom combate”, disse.

Na abertura do novo mandato, Sérgio Harris disse que a diretoria mostrará, mais uma vez, capacidade de “defender o Ministério Público e de resistir aos desmandos antidemocráticos, como fizeram as gerações anteriores. “Desistir não é uma opção!” Ao agradecer o apoio da classe, o dirigente destacou a grande responsabilidade e a motivação que tem para a tarefa. Ciente das “di-



da diretoria da AMP/RS para o próximo biênio



ficuldades, incompreensões e ataques bem e mal intencionados” que o trabalho impõe, Harris acredita que o MP e a Associação sairão mais fortalecidos do processo. “Quem luta com o coração limpo, com bons propósitos, com a missão constitucional pura e simples de construir uma sociedade melhor e combater a criminalidade, a corrupção, proteger a infância e o meio ambiente, a saúde alimentar, não pode ser derrotado. Não será derrotado”.

Presente ao ato, a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Norma Cavalcanti, destacou a parceria e o trabalho incansável e representativo de Harris e de toda a diretoria executiva à frente da AMP/RS. “A reeleição com votação consagrada o eleva ao ápice de líder nacional. Seu trabalho nesses dois anos à frente da entidade, de forma coerente, vigilante e em defesa das prerrogativas do MP, representa a união da classe e o protagonismo da Associação gaúcha”. A dirigente também abordou o mo-

mento delicado que o MP e o país enfrentam e reforçou que a Instituição precisa de liberdade para agir e investigar e predisposição para o diálogo amplo. “Somos homens e mulheres de bem, em defesa do Estado Democrático de Direito. Querem nos punir, mas resistiremos, vale a pena lutar pelo Brasil. O MP não desistirá do Brasil. MP forte, sociedade protegida”, completou Norma.

A manifestação final ficou a cargo do procurador-geral de Justiça, Marcelo Lemos Dornelles, que, de maneira informal, destacou o reconhecimento que a direção da AMP/RS tem dos colegas associados e o apoio maciço demonstrado na eleição. “Time que está ganhando não se mexe”, apontou, reforçando o apoio e parceria institucional ao trabalho da Associação. O comandante do MP gaúcho falou ainda da crise política brasileira, resultante da crise ética e moral, e do trabalho do MP no combate à corrupção. “O momento é difícil, mas seguiremos sempre trabalhando, com união interna e externa, para enfrentar todos esses problemas”, encerrou.



ARTIGO

Todos somos poucos

Cláudio Brito

Promotor de Justiça aposentado e jornalista

Se todos nós estivermos unidos, percorrendo um só caminho e com identidade de objetivos, ainda assim seremos poucos. Muito poucos, pois as batalhas que nos esperam serão terríveis e infinitas. Jogamos um jogo em que a deslealdade e a falta de espírito público são marcas daqueles que nos desejam fulminar.

Não exagero, podem crer. É bem turvo o cenário, estamos envolvidos em uma tempestade. Nossas prerrogativas e a missão que a Constituição nos reserva estão na mira de quem pretende safar-se do peso da lei, que nos cabe guardar e fazer valer. Agem abertamente muitas vezes, outras tantas movimentam-se na penumbra. Ajustam relatórios, substitutivos, projetos e estratégias que visam o enfraquecimento de nossos meios. São quadrilheiros enfrentando a Instituição que o legislador constituinte erigiu à nobre e insuperável missão de proteger e efetivar o que se pode denominar de estado democrático de direito.

Como responder, como neutralizar, como limpar o terreno e caminhar para a plenitude de nossas realizações?

O que devemos fazer valer corresponde ao que é necessário para que valores éticos sejam o primado, a bússola a orientar a todos na realização e efetivação de princípios que a cidadania verá como diretrizes de sua jornada em busca do bem comum, razão de ser do ente que chamamos de Estado. Temos que dar a resposta certa, na medida necessária, mantendo a independência e escolhendo sempre a sociedade como parceira. Indo às ruas, se preciso. Manifestando a inconformidade que nos agita, denunciando à Nação o que fazem os que, embriagados pelo egoísmo e empanturrados de poder só pretendem a preservação do que amealharam como produto da corrupção em que se envolveram. É contra tudo isso que devemos lutar, com transparência e sempre engrossando nossas fileiras com a adesão de legítimos atores sociais, representantes da população indignada.

Não será fácil, como não está sendo. Foi assim em outros momentos históricos, até que se fez o desenho institucional que o mundo saudou como um modelo. Mesmo assim, investem contra nossas possibilidades, criam obstáculos quase intransponíveis e jogam pelo caminho as armadilhas que têm o único fim de nos fazer parar, desistir. Não conseguirão, saberemos fazer valer a unidade e a indivisibilidade, que são muito mais que princípios institucionais. São ou devem ser a medida de nosso agir.

O Ministério Público brasileiro está ameaçado por aqueles que o temem. Vamos responder com a luta que não nos assusta, foi para isso mesmo que buscamos a carreira um dia. E tenhamos certeza, haveremos de contar com o respaldo da população. E precisaremos dela. Ou seremos poucos.

ASSISTENCIALISMO



ViaVida busca apoio

A vontade de ajudar ao próximo é grande. A mobilização também. Mas o grande volume de pacientes à espera de transplantes e a limitação de espaço na Pousada Solidariedade, localizada no bairro Jardim do Salso, em Porto Alegre, são parte de um desafio permanente para os colaboradores da ViaVida Pró-Doações e Transplantes. Para enfrentá-lo, a entidade, que surgiu em 1999 e foi fundada oficialmente no ano 2000, conta com diversos parceiros e mantém acesa a esperança de milhares de famílias, por todo o Brasil.

A proposta é educar sobre promoção da saúde, prevenção de doenças que levam à necessidade de transplantes, além de informar sobre doação de órgãos e tecidos. Segundo a presidente e idealizadora da organização, psicóloga Maria Lúcia Kruehl Elbern, mais de 1 mil pessoas já foram assistidas pela ViaVida, ao longo desses 16 anos. Os hóspedes doentes são oriundos de famílias de baixa renda, indicados pela Assistência social dos hospitais transplantadores de Porto Alegre, após análise socioeconômica. “Nossa estrutura permite acolher simultaneamente 10 pacientes, cada um com seu acompanhante, na casa de passagem. Mas esse número está aquém da necessidade de pacientes pré ou pós-transplantados. Por isso es-

tamos em busca de uma casa maior, com o apoio do governo do Estado”, conta Maria Lúcia.

Para se manter, a entidade conta com a ajuda de uma série de parceiros, de diferentes segmentos, que atuam de formas variadas. Entre eles estão membros do Ministério Público e associados da AMP/RS, como diretor da sede campestre, Octavio Augusto Simon de Souza, hoje na vice-presidência da ViaVida; e a viúva do procurador José Antônio Garcêz, Clarissa Wolff Garcêz, que integra o Conselho Fiscal.

A entidade tem muito a comemorar. Mas sempre há mais a fazer. Basta ver que em 2015 houve 245 doadores efetivos de órgãos no Rio Grande do Sul, proporcionando a realização de 2.274 transplantes. Mas, ao final do ano, 1280 pessoas estavam em lista de espera.

Maria Lúcia lembra que os interessados em colaborar podem contribuir de diversas formas. “É possível ajudar doando saber e tempo como voluntário, além de produtos, roupas, alimentos, dinheiro o que pode ser através do FUNCRIANÇA, que permite incentivo fiscal, A ViaVida tem vários registros, títulos e certificações que permitem à entidade oferecer incentivos fiscais como Utilidade Pública Federal e CEBAS – entidade filantrópica”.

CRÔNICA

Cuidados

Mário Cavaleiro Lisboa | *Procurador de Justiça aposentado*

Heitor e Jurema – casados há décadas e ambos com a mesma idade – saíram de casa por volta de onze horas e trinta minutos. Usando roupas formais e discretas, caminharam em ritmo de passeio pelas calçadas do bairro. As ruas eram bem arborizadas. Heitor dizia que isso faz muito bem aos recônditos da memória genética, onde é armazenado o ambiente natural em que vivia o ser humano há milhares de anos. Árvores. Quanto mais árvores melhor. Se o homem ainda vivesse na floresta seria mais feliz, concluía. Shopping nem pensar, argumentava Jurema. Mas a conversa ficava nisso. Não brigavam por causa de árvores. Uma quadra e meia após, entraram no restaurante onde comumente faziam suas refeições. Já estavam habituados a tal ritual, e na vida tudo é hábito. Mesmo com os filhos crescidos e o casal morando sozinho, nada impediria que fizessem sua comida. E por algum tempo foi isso que ocorreu. Mas, com o passar dos anos, as diferenças alimentares foram se acentuando a ponto de transformar uma simples refeição numa batalha conjugal. Daí que decidiram almoçar fora, num buffet, onde cada um deles ficava à vontade para escolher os alimentos que quisesse.

Quando eles chegaram ao restaurante, Godoi, o garçom, procurou esquivar-se. Em vão. O casal, em separado, sempre dava um jeito de ficar a sós com o garçom e despejar nele suas queixas, angústias e reclamações diversas. Fazer o quê. Godoi era a única pessoa a quem o casal sentia-se confortável para falar mal um do outro. Quando saía alguma gorjeta, o incômodo ficava amenizado. As queixas eram quase sempre repetitivas. Jurema queixava-se para o garçom de que Heitor ficava fiscalizando suas tarefas na cozinha, vetando isso e aquilo. Daí ser muito mais fácil comer fora. Em casa, eu não posso mais cozinhar, é um inferno, dizia Jurema. O Heitor não deixa eu fazer nada gostoso, somente coisas que em sua ótica sejam boas para a saúde. Não pode isso, não pode aquilo, não pode quase nada. Uma chatice. Imagine que legumes ele quer apenas no vapor, sem óleo,

sem sal, sem nada, olhe que coisa mais sem graça. E a alface então? Eu gosto de alface verde clara, lisa, bem tenra. Ele insiste que a alface tem de ser roxa. Diz que é melhor para a saúde, tem mais antioxidantes e coisa e tal. Veja só. E o pior é que ele está ficando cada vez mais fanático, seu Godoi. O senhor acredita que eu tenho até de esconder o açucareiro? É. Isso mesmo. Esconder o açucareiro. Ele diz que o açúcar faz mal para tudo. Em duas oportunidades, ele estragou o açúcar, colocando algum produto que o deixou empedrado. Eu reclamei, disse que aquilo era uma safadeza muito grande. Ele negou que houvesse praticado a sabotagem. Mas eu sei que foi ele. Foi ele sim, seu Godoi. Mas eu estou me lixando para todos esses cuidados. Eu como apenas o que me dá vontade e pronto.

Tanto as orientações de Heitor como as queixas de Jurema eram recorrentes, até porque ambos já estavam um pouco esquecidos. Não se lembravam do que haviam dito para o garçom há algum tempo atrás. Daí que, amiúde, repetiam as mesmas ladainhas. E Heitor comumente fazia os mesmos alertas para o garçom. Sabe, seu Godoi, se a humanidade me ouvisse ela seria mais feliz, muito mais. A humanidade está muito equivocada, achando que pode comer o que quiser. Não pode, seu Godoi, não pode! Isso é um grave erro. Eu estudei muito o assunto, leio tudo sobre alimentação. Minha alimentação é científica. Alimentação, seu Godoi, é mesmo que remédio, existem os mocinhos e os bandidos. Os piores assassinos estão dentro de nossas casas ou em restaurantes como este. São alimentos assassinos, bandidos silenciosos que gostam de atacar de tocaia. São sedutores, envolventes, mas desleais, astuciosos e cheios de artimanhas. E são extremamente cruéis. Você acha que eles te querem bem? Ledo engano. Eles querem te envolver, te dominar para aos poucos ir te destruindo. No fundo, eles querem a sua ruína, seu Godoi. A sua, a minha e de todos os que eles conseguem enganar. Cuidado com eles, não se deixe envolver. Resista a seus encantos. Olhe bem

para os inimigos que estão à nossa frente, seu Godoi. Olhe para essa batata frita. Parece inocente, não é? Parece ser nossa amiga. Parece pacífica e boazinha. Mas é uma víbora, seu Godoi. Um ser pestilento. Só que muito mais perigosa, pois é dissimulada, queda-se inerte à espera de ser consumida. E a farinha branca, o sal e o açúcar refinados? Ah? Todos eles juntos formam uma verdadeira quadrilha de meliantes. Enquanto um ataca de um lado, outro ataca de outro lado, vão fechando o cerco até lhe destruir. E depois eles ficam rindo, seu Godoi, rindo de você, pois esses alimentos não têm emoções, remorso ou sentimento de culpa. Não querem nem saber. Para eles, você é uma vítima a mais, só isso. É o caso da Jurema, seu Godoi. Ela é uma irresponsável. Ela não acredita em nada do que eu digo. Isso me deixa muito preocupado. O açúcar pode lhe causar diabetes; o sal, hipertensão; a gordura saturada, acidente vascular cerebral e por aí vai. Nunca vi mulher tão teimosa.

A sobremesa era sempre servida pelo garçom. Heitor recusava a sua, isso faz mal. Jurema, abaixo de críticas do marido, comia as duas sobremesas, a dela e de Heitor. E ficava lambendo os beijos só para debochar do consorte.

O tempo foi passando, as árvores do caminho do casal até o restaurante trocaram de folhas diversas vezes, e, de determinado dia em diante, o casal deixou de frequentar o restaurante. O garçom foi tomado de um misto de alívio e curiosidade, o que teria havido com eles? Chegou a fazer essa indagação para fregueses que ele sabia morarem no bairro, mas ninguém tinha conhecimento de nada.

Três meses depois, Jurema apareceu novamente no restaurante. Demonstrando cansaço e abatimento, esclareceu que Heitor havia falecido. Após haver recebido condolências, ela tratou de fazer a sua refeição. Como sempre, ingeriu diversos alimentos sedutores, astutos e perigosos. Depois do almoço, quando o garçom foi lhe trazer a sobremesa, ela disse baixinho: duas, por favor.

NOVOS PROMOTORES

Impressões de início de carreira

Há seis meses, 15 novos promotores de Justiça, aprovados no 47º concurso do Ministério Público, ingressaram na carreira e assumiram a titularidade em diferentes comarcas do Estado. Incentivados a expressar suas primeiras impressões acerca da função, reconheceram as responsabilidades do cargo e, acima das dificuldades iniciais, destacaram a alegria em colaborar com as transformações sociais das comunidades em que hoje atuam. Confira os depoimentos:



ANAÍ GARCIA DE BARRETO
Comarca de São Francisco de Assis

"Tive a oportunidade e o privilégio de escolher a Comarca de São Francisco de Assis. Desde o primeiro momento que conheci a cidade fui muito bem recepcionada pelos munícipes e servidores da Promotoria de Justiça, o que contribui, sobremaneira, para o bom desempenho das atribuições."



AMANDA GIOVANAZ
Comarca de Sobradinho

"Passados alguns dias da assunção do cargo, sinto que não poderia ter escolhido outro caminho. Cada dia vivenciado na Promotoria de Justiça demonstra a importância do cargo e a responsabilidade assumida junto à sociedade Gaúcha, pois cada ação se mostra relevante na transformação social vislumbrada pela Instituição. Muitas são as demandas, e cada uma delas traz um desafio diferente, cujo enfrentamento me faz mais corajosa e ainda mais feliz."



BÁRBARA PINTO E SILVA
Comarca de São Sepé

"Ao assumir a Comarca de São Sepé tive uma grata surpresa com o empenho e excelência do trabalho da equipe de servidores e estagiários da Promotoria de Justiça. A atuação extrajudicial é intensa e há bastante intervenção ministerial em diversas áreas, especialmente Educação e Infância. Esses primeiros meses foram de trabalho intenso, mas com enorme satisfação e gratidão pela conquista."



CLAUDIA LUCIA BONETTI
Comarca de São José do Ouro

"Ser Promotora de Justiça é a realização de um sonho que alimentei e busquei desde a faculdade. Fui muito bem recebida na Comarca de São José do Ouro e na Promotoria de Justiça. As impressões são as melhores possíveis, estou me sentindo imensamente realizada e a cada dia sinto que fiz a escolha correta."



DIOGO HENDGES
Comarca de Encruzilhada do Sul

"Nos primeiros passos como membro do Ministério Público gaúcho, minhas primeiras impressões se resumem em uma certeza: a de que escolhi o caminho certo a percorrer. O contato diário com as pessoas demonstra que há muito o que fazer pelo bem da comunidade. O desafio não é e nunca será fácil. E honrar a magnitude do cargo que ocupo é o que almejo."



DIOGO GOMES TABORDA
Comarca de Caçapava do Sul

"Nesse início de trabalho como promotor foi possível perceber que há um misto de emoções. Inicialmente, uma felicidade muito grande de poder estar ocupando um cargo que para mim sempre foi um sonho e que, agora, se realizou. Por outro lado, tem-se a responsabilidade de exercer esse mister que transforma a sociedade e que exige muito preparo."



FERNANDO FREITAS CONSUL
Comarca de Irai

"Nestes primeiros meses à frente da Promotoria de Justiça de Irai, foi possível constatar a importância de um promotor titular para a Comarca, sendo este um retorno recebido por mim e pela equipe de trabalho. A importância da Instituição neste cenário faz com que nos engajemos, cada vez mais, para a realização de uma atividade profícua e resolutiva."



GUILHERME SANTOS ROSA LOPES
Comarca de Tenente Portela

"Atuar na função de promotor de Justiça é enfrentar novos desafios a cada dia, sempre na busca da correta aplicação da lei, pois a sociedade precisa do Ministério Público. Apesar dos desafios, todos os dias trabalho com o ânimo renovado, sabendo que a minha atuação, bem como a dos colegas, irá resultar em melhoras para a vida da população."



ISABEL DA COSTA FRANCO SANTOS
Comarca de Butiá

"A intensidade dos dias e a riqueza dos fatos que se descortinam dão a sensação de que lapso maior já transcorreu de 19 de agosto passado. Desde os mais corriqueiros casos da indesejada violência doméstica, até o inesperado casamento nupcial, dão vida aos dias da iniciante promotora, que vibra com tão relevante função, cujas ações permitem proporcionar melhora de vida às pessoas."



LUCAS OLIVEIRA MACHADO
Comarca de Rosário do Sul

"Foi possível perceber a gama de atribuições inerentes à função e a quantidade de instrumentos disponíveis para efetivamente promover transformações sociais. Isso tudo já me permitiu experimentar o quanto gratificante é o exercício dessa nobre missão, não só em áreas como da saúde e do idoso, mas até mesmo na penal, quando a família da vítima te agradecer, após um júri, reconfortada pelo sentimento de justiça."



MARCÉLI DA SILVA SERAFIM PREIS
Comarca de Santo Augusto

"Em primeiro lugar, estou deixando as impressões para trás. Com a assunção na Promotoria de Justiça, as impressões estão dando lugar ao conhecimento aprofundado dos problemas locais. Os primeiros meses de trabalho na Comarca foram marcados pela fase de adaptação à realidade local e, em especial, fase de adaptação ao cargo, com suas exigências, com suas responsabilidades."



MICHELE TAÍS DUMKE KUFNER
Comarca de Itaquí

"Os primeiros meses da nova função se fundem em um misto de felicidade pelo ingresso na instituição, que acreditamos ser a grande promotora das transformações sociais, e apreensão pela grande responsabilidade e vasta gama de atribuições como representantes do MP. É uma fase de grandes descobertas e aprendizados, e de muito crescimento pessoal e profissional, em que esperamos retribuir à altura a confiança que nos é diariamente depositada."



RAFAEL DE LIMA RICCARDI
Comarca de Sarandi

"Tal como o início de qualquer nova atividade, os primeiros dias de exercício do Ministério Público são desafiadores: descobertas diárias, dificuldades diuturnas, felicidades e apreensões. No brevíssimo período entre a posse da XLVII turma e a presente data, fica o prenúncio de uma certeza: há muita satisfação na carreira de um promotor de Justiça."



RAPHAEL GUIMARÃES DOS SANTOS
Comarca de Nonoai

"São grandes os desafios na nova jornada como promotor de Justiça, porém, a atuação efetiva como agente de transformação social torna a atividade muito gratificante, trazendo constante evolução profissional e pessoal."



RODRIGO MENDONÇA PINTO DOS SANTOS
Comarca de Planalto

"A despeito das dificuldades inerentes à adaptação ao cargo, o cotidiano da promotoria de Planalto tem me propiciado experiências marcantes e um grande aprendizado - tanto técnico quanto pessoal. Sinto-me recompensado pelos anos de estudo, e muito entusiasmado pelo porvir."

COMEMORAÇÃO

Festa de 75 anos congregou colegas e marcou reconhecimento associativo

Uma comemoração à altura da importância institucional e da representatividade da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) marcou a festa de 75 anos da entidade, na noite de 21 de outubro. A celebração, em grande estilo, reuniu na Sociedade Libanesa, na Capital, mais de 300 associados, familiares e convidados, consolidando a força e o prestígio da Associação. A solenidade foi marcada ainda por homenagem aos ex-presidentes da AMP e a turmas que ingressaram no Ministério Público em 1986, 1991, 1996 e 2010.

Abrindo a solenidade, cerca de 40 representantes dessas turmas receberam em nome dos colegas medalhas alusivas à comemoração. A distinção foi entregue pelo presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, e pelos vice-presidentes Martha Beltrame, João Ricardo Santos Tavares, Nilson da Rosa Pacheco e Tiago Conceição. Na sequência, seis ex-presidentes da Associação – Marcelo Lemos Dornelles, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Miguel Bandeira Pereira, Delmar Pacheco da Luz,



Augusto Borges Berthier e Voltair de Lima Moraes- também tiveram reconhecimento do grupo.

Em um discurso breve, Harris enfatizou a alegria de estar no exercício da presidência em um momento tão importante para a entidade, agradeceu o trabalho dos colegas que o antecederam no cargo, “pela história de luta e perseverança” em defesa da classe e da instituição, o empenho e comprometimento dos funcioná-

rios e aos associados, destacados por ele como essência da entidade. “Aos associados, principal razão da existência da Associação do Ministério Público, uma referência muito especial e iluminada e um agradecimento por estarem conosco”.

O tradicional parabéns coletivo foi puxado diretamente do palco e contou com bolo personalizado com as cores e logomarca da AMP/RS e brinde comanda-

do pela diretoria e ex-presidentes presentes.

Integração e surpresas

Logo após a solenidade, foi servido jantar à francesa, a cargo da equipe da Cláudio Solano Gastronomia. Uma mesa de doces assinada por Neiva Buratto também encantou a todos os presentes, que ocuparam as 34 mesas disponíveis no salão principal.

Pouco antes da meia-noite, a pista de danças foi aberta aos convidados, no salão secundário, com show da Banda Melody, que integrou as gerações de colegas presentes e deu o tom de descontração à grande comemoração. A pista de danças com iluminação de LED também mereceu destaque dos convidados, que estenderam a noite e se divertiram ao som do DJ Japinha.

Entre as surpresas da festa, uma ilha de caipirinhas junto à pista, cabine para a realização de fotos e varal para exposição dos retratos recém-impressos surpreendeu a todos os participantes, que ainda tinham a possibilidade de publicar seus registros no Instagram e divulgá-los com a hashtag #AMP75ANOS.





Resgate histórico da entidade também teve espaço garantido



Ao chegarem ao saguão da Sociedade Libanesa, os convidados foram recepcionados pela equipe da AMP/RS e receberam como mimo um pin alusivo ao aniversário da entidade. No salão principal, um coquetel de boas-vindas deu o tom da grande comemoração que estava por vir. Nas mesas, um cupcake personalizado também destacava a celebração.

A trajetória da Associação ao longo das mais de sete décadas de atuação também pôde ser lembrada pelos convidados, através da exposição alusiva aos 75 anos. A mostra, composta por 12 painéis, teve espaço garantido no salão principal da festa e res-

gatou os diferentes aspectos que fizeram e fazem da AMP/RS um instrumento estratégico na luta pela independência e fortalecimento do MP. Galeria de ex-presidentes e destaque de momentos marcantes da entidade também integram a exposição.

O trabalho foi concebido através da reunião de fotos, jornais e documentos que demonstram momentos importantes da história da entidade de classe e foi lançada no final de junho, durante a solenidade de posse da nova turma de promotores de Justiça, e divulgada também no XIII Congresso Estadual do MP, realizado em agosto, em Gramado.

SEMANA DO MP

Evento acadêmico amplia parcerias com instituições pelo Estado



Um dos mais tradicionais eventos promovidos pela AMP/RS, a Semana do Ministério Público consolidou em 2016 sua importância e legado como fórum de grandes debates institucionais e acadêmicos. No ano, foram realizados 10 encontros pelo Estado, reunindo colegas do MP e juristas como palestrantes convidados.

Contemplando público de diferentes regiões, o evento integrou colegas das Comarcas, membros da Administração Superior, da Associação e do meio acadêmico e permitiu o debate de temas jurídicos e atuais, como ações voltadas ao combate da corrupção e da criminalidade.

Presentes em todas as edições do ano, membros da diretoria da AMP/RS fizeram questão de destacar o fortalecimento do evento como propulsor de debates relevantes para os estudantes de Direito do Rio Grande do Sul. Em suas manifestações durante as agendas pelo Interior, o vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, enfatizou a importância dos encontros, que também permitiram o destaque de posições institucionais. “Essa é uma tradição que iniciou em Santa Cruz do Sul, a partir da necessi-

dade de alguns promotores de se comunicarem com o meio acadêmico, e que não tinha pretensão de se estender para outras Comarcas. No entanto, em que pesem todas as mudanças e avanços ocorridos desde então, permanece viva até hoje, para nossa alegria”, disse.

Os municípios que receberam as Semanas do MP em 2016 foram São Gabriel (junho), Torres (agosto), Santa Cruz do Sul (agosto), Cachoeira do Sul (setembro), Santiago (setembro), Rio Grande (outubro), Passo Fundo (outubro), Alegrete (outubro), Erechim (novembro) e Canela (novembro). Santa Cruz do Sul, inclusive, é cidade precursora do evento, que promove há 31 anos. Na edição de 2016, centenas de estudantes acompanharam as três noites de programação, no Auditório da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Presente à abertura naquela cidade, em 17 de agosto, o procurador-geral de Justiça Marcelo Lemos Dornelles ressaltou a simbologia da Semana do MP de Santa Cruz do Sul e o importante papel ministerial no atual cenário do país. O PGJ também fez questão de participar dos encontros em outras oportunidades ao longo do ano.



HISTÓRICO

Instituída em 1985, por iniciativa dos membros da Comarca de Santa Cruz do Sul, a Semana do MP tem o objetivo de aproximar a atuação ministerial do meio acadêmico e de ampliar o debate sobre temas atuais e de interesse dos estudantes de Direito. O evento é uma promoção da AMP/RS, em conjunto com Comarcas e Universidades, e conta com apoio da Administração Superior e da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP).

Momentos

O ano de 2016 foi marcado por uma série de acontecimentos marcantes para o Ministério Público, seus membros e para a AMP/RS. Foram eventos, episódios e jornadas importantes, que fortaleceram a instituição e a entidade de classe como referências de excelência no exercício da função ministerial e na defesa dos interesses de seus membros e da sociedade. Confira as imagens de alguns desses momentos.

